

A CONSTRUÇÃO DE UMA NAÇÃO: POLITÍCA, TRABALHO E SAÚDE NO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS (1930 – 1945).

Diego Rodrigues de OLIVEIRA¹; Vania Roseli Correa de MELLO²

¹Pós-graduando do Curso Gestão Pública. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) Graduado em Administração: Sistemas e Serviços de Saúde. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

Graduado em História. Universidade Federal de Pelotas (UFPel); ²Professora orientadora. Unidade de Porto Alegre. UERGS.

E-mails: diego-oliveira@uergs.edu.br; vaniarcmello@gmail.com

Resumo

Sobre a era Vargas (1930-1945/1951-1954) muito já foi escrito referente as contribuições advindas do governo de Getúlio Vargas para a área social e política, quase sempre com foco na ampliação dos direitos trabalhistas, mas pouco se observou sobre as transformações no campo da saúde e sua intrínseca relação com a consolidação dos direitos sociais ou a restrição dos direitos políticos. Por isso, este trabalho visa, através de uma revisão bibliográfica, investigar as modificações ocorridas no primeiro período Vargas (1930- 1945) e como sua correlação e influência se refletem na atual articulação entre política, trabalho e saúde para nação brasileira. Por isso, buscou-se desenvolver uma reflexão atual sobre os avanços e retrocessos da política, trabalho e saúde no período em questão, considerando que os mesmos foram partes fundamentais da consolidação dos direitos sociais, em especial o da saúde, e que a era Vargas é considerada igualmente relevante para formação do Estado nacional.

INTRODUÇÃO

Consensualmente, se estabeleceu a Era Vargas (1930-1945/1951-1954) como marco primordial da consolidação de inúmeros direitos de segunda geração: a redução da jornada de trabalho, licença maternidade, indenização contra demissão sem justa causa, ampliação do acesso à saúde, educação entre outros. Nesse momento também se destacaram a criação de espaços como os Conselhos Nacionais da Educação e Saúde, além das conferências nacionais nas mesmas áreas.

Com avançar rápido de inúmeros direitos, torna-se imperativo investigar período, marco da construção de nossa modernidade, buscando assim contextualizar a articulação entre os processos relacionados ao campo da política, do trabalho e da saúde de modo a compreender a historicidade de nossa formação enquanto sujeitos e sociedade.

Por isso, ao nos debruçarmos sobre esse momento histórico, denominado de Era Vargas, auxilia fortalecer o alicerce da nossa compreensão sobre o momento presente e contribui para que se possa avançar de maneira sólida na construção de um Sistema Único de Saúde (SUS) capaz de ajudar a edificar um Brasil democrático e igualitário.

MATERIAIS E MÉTODOS

Com o objetivo de analisar como as ações desenvolvidas durante o primeiro governo Vargas (1930-1945) influenciaram e se refletem na atual articulação entre política, trabalho e saúde na nação brasileira, este trabalho se construiu como uma pesquisa de abordagem qualitativa, já que essa proporciona uma imersão no objeto e não se preocupa com a representatividade

numérica. Em conjunto com a abordagem qualitativa é utilizado o modelo exploratório, que permite análise de casos que estimulem a compreensão das difusas relações da pesquisa.

Para sustentar a proposta, a escrita foi dividida em dois momentos: no primeiro é feito um levantamento bibliográfico e documental sobre a atuação do governo Getúlio Vargas no período de 1930-1945 e, em seguida, uma compreensão de sua relação com as modificações e permanências na área da saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o findar da República Velha (1889-1930) e o início da primeira Era Vargas (1930-1945), tivemos um processo gradativo de ampliação de acesso à saúde no país, com a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública (1930), e com a substituição das antigas Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) subordinados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

O governo, baseado no modelo da Lei Elói Chaves, publicada em 24 de janeiro de 1922, passou a organizar os institutos de previdência, garantindo assim a assistência médica para uma vasta parcela da população urbana. Enquanto isso, o Ministério da Educação e da Saúde atuava na redução de riscos e na saúde das zonas rurais, além de organizar a primeira Conferência Nacional de Saúde (1941).

A carta constitucional de 1934 e, posteriormente, a de 1937 trouxeram avanços sociais importantes para os trabalhadores, como o salário mínimo, a jornada de trabalho de oito horas, o repouso semanal, as férias anuais remuneradas, indenização por dispensa sem justa causa, assistência médica e licença remunerada a gestantes, entre outros.

Com o avançar da consolidação desses e de outros direitos sociais, iniciou-se um processo de rompimento com o modelo de saúde autoritário e impositivo da época. A saúde e outras reivindicações dos trabalhadores deixavam de ser um problema de polícia e passavam a ser uma demanda social, criando um forte sentimento de solidariedade coletiva entre os trabalhadores e o governo, como demonstra Jorge Ferreira (FERREIRA, 2005).

Já o Historiador José Murilo de Carvalho concorda com os avanços, mas problematiza a maneira como se deu essa ampliação, pois para ele limitava a formação da cidadania, uma vez que não existia um estímulo à participação política eleitoral (Carvalho, 2013).

Essa dualidade entre o avanço dos direitos sociais com a restrição dos direitos políticos marcou não apenas nossa cultura, mas, como demonstra Zanatta (2017), foi parte da realidade latino americana do período, pois para ele, a construção de um modelo de ampliação de direitos sociais sobre um viés autoritário impediu a estruturação do pluralismo e, consequentemente, da democracia liberal, pois, para ele, ao mesmo tempo em que se buscava e integrava parte significativa da população, edificando a cidadania das camadas humildes, os aspectos ditatoriais desses governos dificultaram a percepção das conquistas como resultado da luta social.

No entanto, acreditar que o modelo democrático liberal não teria se efetivado em decorrência de um contexto de ampliação de direitos sociais com a restrição dos direitos políticos, é desconsiderar que um dos elementos fundamentais para concretização do mesmo, é o nível de desigualdade e educacional entre o povo, já que sociedades com má distribuição de renda e baixa escolaridade como a brasileira teriam dificuldades em concretizar qualquer modelo democrático.

Essa difusa relação entre espaço democrático e autoritário infringiram uma marca severa no governo. Como demonstra Teixeira (2013), essa concepção diverge na atuação entre os grupos que defendem a democracia como forma potencializadora da estratégia de luta e aqueles que aceitavam sua ruptura.

No entanto não é o estabelecimento de um projeto democrático, o mecanismo mais capaz de modificar os grupos reacionários e, nem a realidade como um todo, se essa democracia não for solidificada em alicerces igualitários através da equidade. O projeto Varguista criou condições econômicas, políticas e sociais para o desenvolvimento industrial, bem como a organização dos trabalhadores, como nos mostra Pereira (2013).

Claro que a restrição de direitos impactou parte da percepção da conquista e dificulta participação social nos espaços institucionais, no entanto, afirmar que os indivíduos não compreenderam ou não participaram da luta é negar a capacidade das pessoas de protagonizar sua própria história, é recusar a mudança radical que o Brasil sofreu nesse período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos materiais pesquisados foi evidenciado que a Primeira era Vargas marcou significativamente a realidade brasileira, gerando um confronto político, tanto no campo real como simbólico de modo que grupos da esquerda e direita desconstruíram/desconstruíram esse período no seu processo de legitimação.

Os críticos à esquerda de Vargas argumentam que a entrega de benefícios através da ‘outorga’ e não da dita ‘conquista’, enfraqueceram a capacidade da população em se perceber como dona desses direitos. Os de direita afirmam que esses direitos conquistados na CLT são retrógrados e autoritários. Essa confluência de ataques a esquerda e direita levaria à dita ‘pouca mobilização’ em defesa do SUS?

Contudo, como demonstrou Ferreira (2005), essas conquistas eram tão significativas que havia uma “construção” natural da imagem de Vargas e de sua percepção. Além disso, achar que os trabalhadores não eram parte fundamental no processo de efetivação seria negar a relevância de alguns espaços institucionais, como comissões mistas de negociação, conferência nacional de educação ou saúde. Atribuir à ‘pouca’ mobilização de hoje é mais um mecanismo de desvalorização dos movimentos, bem como o desconhecimento da realidade social que muitas vezes impedem os indivíduos de participarem.

A ditadura do Estado Novo (1935-1945) cobrou seu preço e não foi isento na configuração de nosso povo. Todavia, esse período foi fundamental para a disputa hegemônica envolvendo a necessidade de se compreender os interesses em jogo, essa capacidade de compreender o contexto para se precisar a disputa.

Surgindo assim, a chamada *revolução passiva gramsciana* que procede através da mudança estrutural, que busca romper com a hegemonia através da mudança cultural, o que caracteriza o projeto varguista, bem como o projeto do SUS. Ambos são transformistas e buscam conquistar a hegemonia.

O SUS nasceu da convergência de uma luta que foi fortalecida nas conferências nacionais de saúde, sendo a primeira dentro do governo Vargas. Além disso, a busca pela participação social também provém de espaços criados no seio do governo varguista. Todavia, como em qualquer realidade, o modelo de saúde também herdou equívocos do período. A centralização que era necessária para uniformizar a atuação no MES, em um determinado período, em nossa realidade acabava por dificultar a resolutividade das regiões. Além disso, a divisão entre saúde pública e assistência em saúde, que na época eram compreendidos como

essencial para resolver os problemas na área, com o passar dos tempos geraram desencontros na atuação coordenada.

O SUS é, em grande medida, uma luta contra a hegemonia do capital, que em sua sanha acumulativa, tudo comercializa. O projeto, em especial, reconhece a democracia como um espaço para estratégia de luta. Todavia, a atuação dentro do campo democrático não sensibilizou os grupos reacionários. Por isso, os governos conservadores, em especial o atual, atacam de forma significativa os baluartes nacionais, símbolos da mobilização e conquista social: a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e o SUS. De todo modo é que se não conseguirmos enxergar as realizações e equívocos do período Vargas, bem como as atuais, estaremos fortalecendo todo esse processo de perda de direitos que se efetiva no Brasil e, de forma mais séria, no governo de Michel Temer. Tudo isso nos cobrará seu preço, seja pelo retrocesso em conquistas, seja pela miséria do nosso povo.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2013.
- FERREIRA, Jorge. *O imaginário Trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FERREIRA, Jorge. (ORG). *O populismo e sua história - debate e critica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Medicina Social*. In: Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Grall 1989.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre, 2017.
- GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.
- HOBSBAWN, Eric J."O Metodismo e a ameaça da revolução na Inglaterra". In: Os Trabalhadores. Rio de janeiro, Paz e Terra, 1981.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- RIBEIRO, Darcy. *O Brasil como Problema*. 2º ed., São Paulo: Global, 2015.
- ZANATTA, Loris. *Uma Breve História da América Latina*. Ed Pensamento Cultrix Ltda. São Paulo, 2017.